

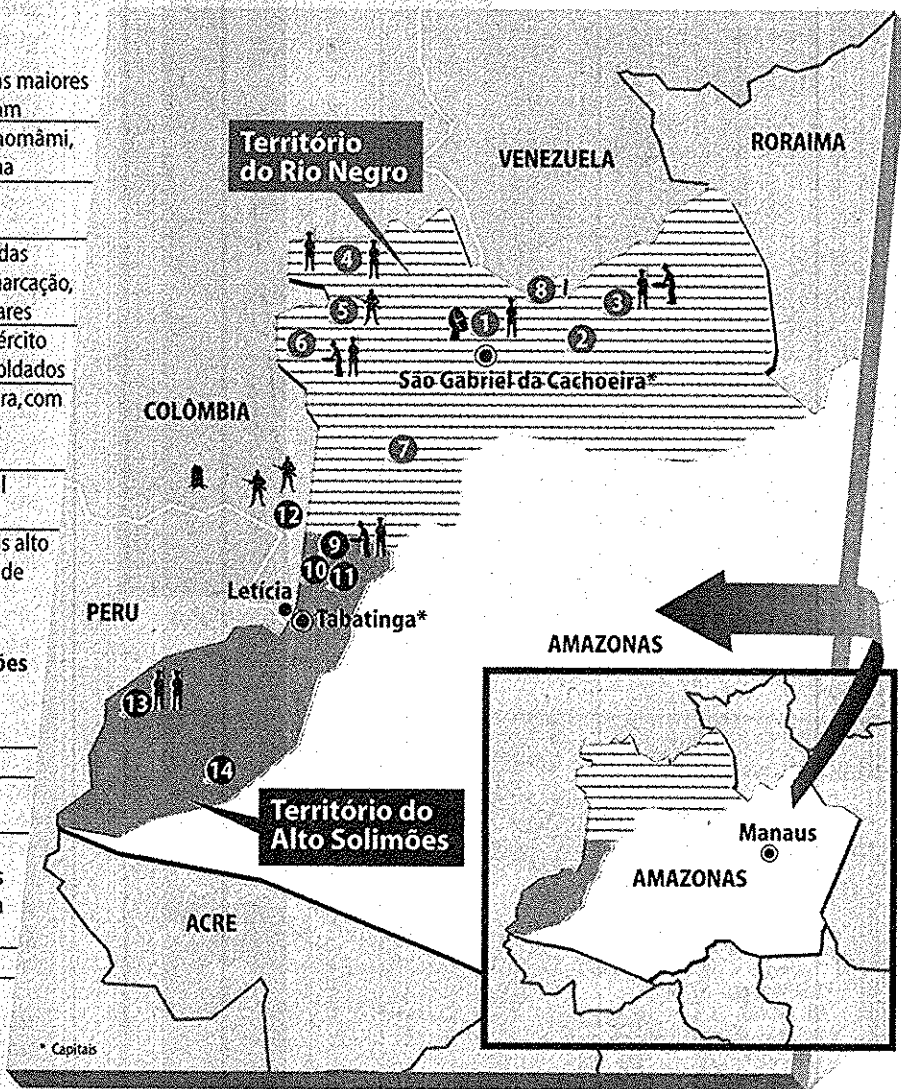
TERRITÓRIOS Criação de Alto Solimões e Rio Negro modifica área de fronteira

Governo pretende dividir mapa da região amazônica

Editoria de Arte/Folha Imagem

A proposta de redivisão da Amazônia

- Território do Rio Negro**
- 1 Reserva de Nióbio, uma das maiores do mundo, e radar do Sivam
 - 2 Parte da terra indígena ianomâmi, que se estende até Roraima
 - 3 Garimpos dentro da área ianomâmi
 - 4 Cinco áreas indígenas criadas oficialmente, mas sem demarcação, com 10,8 milhões de hectares
 - 5 Pelotão de fronteira do Exército Iauareté, com cerca de 60 soldados
 - 6 Terra indígena Pari-Cachoeira, com presença de garimpeiros e narcotraficantes
 - 7 Reserva ecológica nacional Juami-Japurá
 - 8 Pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil, 3.014 m de altitude
- Território do Alto Solimões**
- 9 Extração ilegal de madeira
 - 10 Terra indígena Evaré
 - 11 Garimpos dentro da terra indígena Evaré
 - 12 Área com presença de guerrilheiros da Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)
 - 13 Terra indígena do Javari
 - 14 Área com 300 mil hectares de propriedade da madeireira WTK, da Malásia



LUCAS FIGUEIREDO da Sucursal de Brasília

O governo está discutindo internamente a possibilidade de dividir a Amazônia, criando pelo menos dois novos Territórios federais, conforme revela documento obtido pela Folha.

A divisão está sendo examinada com a perspectiva de contribuir com outro objetivo do governo federal na região: fortalecer o programa Calha Norte.

Esse programa tem como objetivo a ocupação e a vigilância das áreas de fronteira do Brasil com a Colômbia, Venezuela e Peru, no Estado do Amazonas.

A medida em análise prevê o "corte" de um terço do Amazonas para a formação dos Territórios do Rio Negro (norte do Estado), com capital em São Gabriel da Cachoeira, e do Alto Solimões (oeste do Estado), com capital em Tabatinga (veja mapa nesta página).

Estudos

A divisão do Estado foi mencionada em uma reunião sobre a Amazônia convocada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos com representantes de dez ministérios, no dia 8 de dezembro do ano passado.

"O brigadeiro Archimedes (de Castro Faria Filho), secretário-executivo da SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos/Presidência da República), encerrou a reunião abordando os seguintes aspectos: (...) oportunidade e urgência para estudar-se a necessidade ou não de uma divisão política dos Estados e municípios", registrou a ata.

"O que eu disse naquela reunião foi que existem estudos e que deveríamos ver se isso é bom ou não", disse o brigadeiro à Folha na semana passada.

Militares envolvidos no debate dizem que a divisão do Estado do Amazonas é uma meta a ser atingida no médio prazo. A implantação imediata do projeto esbarra na falta de recursos.

"Tendência"

O debate sobre a criação dos Territórios é feito com base em estudos realizados em 1989 por uma comissão de parlamentares e membros do Executivo.

"A divisão do Estado do Amazonas é uma tendência, tendo como ponto de partida a sugestão feita pela Comissão de Estudos Territoriais", afirmou Marcelo Tunes, diretor do Departamento de Articulação com os Estados e a Sociedade Organizada, do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

A Comissão de Estudos Territoriais foi criada por determinação da Constituição de 1988.

A finalidade era "apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal".

Durante um ano, a comissão estudou o assunto, propondo, ao final dos trabalhos, a criação, no país, de mais cinco unidades federativas.

Tapajós, Araguaia e Triângulo

Além dos dois Territórios mencionados, surgiram o Estado do Triângulo, no chamado "nariz" de Minas Gerais, e os Territórios de Tapajós (resultado de uma divisão do Pará) e do Araguaia (dentro do Mato Grosso).

Os anteprojetos, porém, acabaram sendo arquivados, e a comissão foi extinta.

As discussões atuais só levam em consideração a formação dos Territórios do Rio Negro e Alto Solimões.

A criação dos Territórios dependeria da realização de plebiscitos junto aos moradores das áreas e da aprovação de decreto legislativo.

Na avaliação dos militares, a medida seria aprovada com facilidade, caso os plebiscitos fossem realizados.

Eles acreditam que a população local seria beneficiada com a criação dos Territórios.

No Congresso, o assunto já foi tema de projeto, como o do deputado Euler Ribeiro (PFL-AM), que prevê a realização de plebiscito para criação do Território do Alto Solimões —acompanhado com interesse pelos militares.

Novas unidades teriam minério e índios

da Sucursal de Brasília

Militares que defendem a criação dos Territórios do Rio Negro e do Alto Solimões acreditam que a medida poderia resolver um impasse para as Forças Armadas: garantir a segurança da fronteira do Brasil na Amazônia e dos recursos naturais da região.

O Território Federal do Rio Negro, com capital em São Gabriel da Cachoeira (860 km de Manaus), teria área total de 346 mil km², na fronteira com Colômbia e Venezuela.

Cerca de 90% dos 44 mil habitantes da região são de origem indígena (tucano, piratapuaia, cubeu, macu, curipacu e ianomâmi).

A cidade de São Gabriel da Cachoeira, às margens do Rio Negro, na região conhecida como "Cabeça do Cachorro", é considerada um ponto estratégico da Amazônia pelos militares.

O município foi escolhido para abrigar um dos radares do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

A cerca de 30 km de São Gabriel da Cachoeira, próximo ao Pico da Neblina, fica uma das maiores reservas mundiais de nióbio —mineral de alta resistência que é utilizado na fabricação do corpo de navios espaciais.

Outra característica do Território, caso ele venha a ser criado, seria a presença problemática de

garimpeiros e a extração ilegal de madeira.

O Território Federal do Alto Solimões teria a capital em Tabatinga, às margens do rio Solimões —a cerca de 1.100 km de Manaus.

Englobaria ainda os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça e Tocantins.

A área teria 130 mil km² (fronteira com Colômbia e Peru, na altura de Tabatinga), com cerca de 91 mil habitantes. A fronteira trinacional é conhecida pelos seus problemas, principalmente narcotráfico, extração ilegal de madeira e os guerrilheiros da vizinha Colômbia. (LUCAS FIGUEIREDO)

Governadores são nomeados

da Sucursal de Brasília

A divisão de um Estado para a formação de Territórios implica uma série de mudanças para a região.

Territórios têm orçamentos próprios e são controlados diretamente pelo governo federal.

A possibilidade de obtenção de recursos próprios aumentaria o desenvolvimento e a ocupação da região, o que, na visão dos militares, garantiria a segurança da área.

Em tese, o governo federal passaria a ter a obrigação de destinar recursos específicos para a região nas diversas áreas (educação, saúde, transporte, comunicações etc.).

Ao se tornarem unidades federativas, os Territórios do Rio Negro e do Alto Solimões também poderiam buscar empréstimos no exterior —por exemplo, junto ao Bird (Banco Mundial) e ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Administração

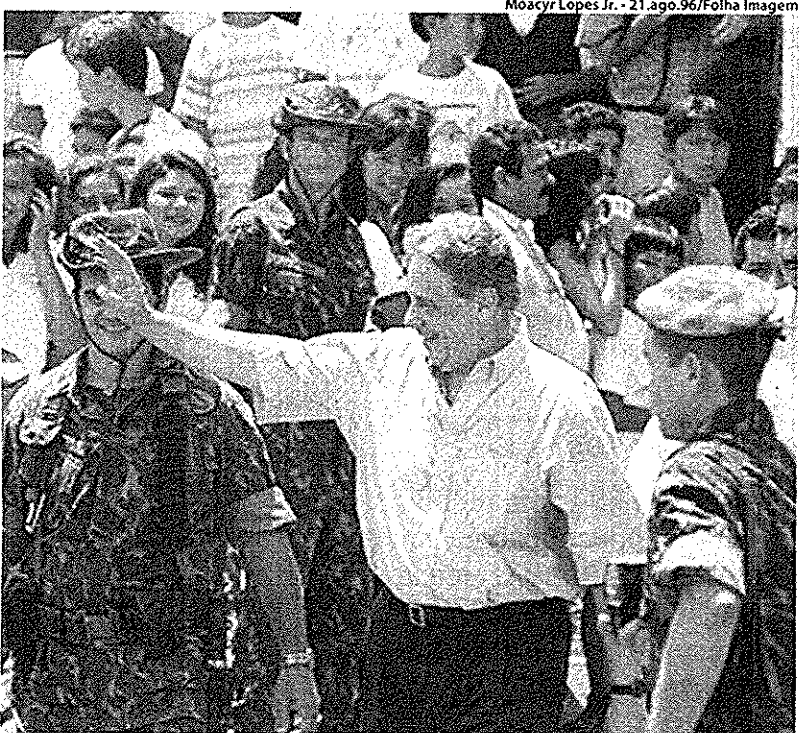
Os Territórios seriam administrados por um governador nomeado pelo governo central.

Apesar de perderem o direito de votar para governador, os eleitores ganhariam a chance de escolher deputados federais próprios.

A Constituição define uma representação de quatro deputados federais por Território, mas nenhum senador.

Os Territórios do Rio Negro e do Alto Solimões não teriam órgãos judiciários de primeira e segunda instâncias, pelo fato de que não teriam, cada um, população acima de 100 mil habitantes.

Nesse caso, o governo federal organizaria o regime jurídico dos dois Territórios. (LF)



Fernando Henrique durante visita a São Gabriel da Cachoeira (AM)

Calha Norte é "ressuscitado"

da Sucursal de Brasília

O Calha Norte —programa de ocupação e vigilância da região de fronteira do Brasil na Amazônia— está sendo "ressuscitado" pelo governo depois de ter saído da lista de prioridades federais há seis anos.

A "revitalização do programa Calha Norte" já foi tema de três reuniões interministeriais promovidas pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), desde dezembro do ano passado.

A possibilidade de criação dos Territórios na Amazônia foi abordada no primeiro encontro dos representantes da SAE e dez ministérios.

A ata dessa reunião, obtida pela Folha, revela que a estratégia da SAE para aumentar a captação de

recursos para o programa é pressionar os ministérios a destinarem mais verbas para ações na região baseadas nos princípios do Calha Norte.

O recado foi dado nessa reunião pelo subsecretário-executivo do órgão, brigadeiro Archimedes Faria de Castro Filho.

"Não há mais espaço para o modelo de obtenção de recursos em que a SAE fazia constar do seu pleito orçamentário as necessidades totais para os projetos e atividades desenvolvidas pelo Calha Norte, repassando-os aos ministérios para execução", disse ele.

Em 1989, três anos após ser implantado, o Calha Norte atingiu seu auge, consumindo investimentos anuais de R\$ 47,31 milhões. Hoje, o projeto recebe 15% desse total (R\$ 7,13 milhões). (LF)